

Jornadas de debates: “Vamos falar sobre soberania alimentar e milho nativo”

Mesa 1: Disputas políticas, jurídicas e epistêmicas

30 de maio de 2025

(Transcrição)

Laura Montesi

Bom dia, boa tarde e sejam todos bem-vindos. Estamos muito felizes por nos encontrarmos no recinto da Casa da Cidade, a *polis*, onde também se faz política, para falar sobre um tema de interesse público, como são a soberania alimentar, a saúde e o patrimônio biocultural em tempos de crise socioambiental.

Meu nome é Laura Montesi Altamirano, sou antropóloga da saúde, antropóloga médica, pesquisadora da Secretaria de Ciências e Humanidades e estou vinculada ao CIESAS. O CIESAS é um centro público de pesquisa dedicado principalmente à antropologia social e disciplinas afins. Temos sete sedes em todo o país, e uma aqui em Oaxaca, no cerro del Crestón. Espero que os presentes possam nos visitar lá em cima. Bem, junto com minhas colegas, a Dra. Paola María Cesia, que está neste momento conectada por videoconferência, e a Dra. Gabriela Martínez, que felizmente está aqui presente e vai moderar, participamos de um projeto interinstitucional chamado “Desigualdades Corporeizadas del Antropoceno” (Desigualdades Corporais do Antropoceno), em colaboração com a University College London, na Inglaterra, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Brasil.

E basicamente neste projeto, cujos resultados de pesquisa e divulgação podem ser consultados em “www.embodiedanthropocene.com” e que os convidamos a navegar, a conhecer, a divulgar, a utilizar em suas atividades, buscamos entender como, na época atual que alguns cientistas chamam de antropoceno, a era dos humanos, as crises socioambientais fomentadas particularmente pelo sistema capitalista e colonial repercutem na saúde dos seres humanos e não humanos, de todos os seres vivos que participamos da trama da vida. E, como parte desse projeto, atualmente estamos abordando o tema da alimentação, da produção agrícola e pecuária no âmbito dos sistemas alimentares globais que são regidos por relações desiguais de poder, influenciadas por interesses comerciais que nem sempre se alinham, como bem sabemos, com os princípios da saúde pública e enquadrados em tratados e legislações de tipo industrial, comercial e social. Sabemos que os sistemas alimentares globalizados são motores centrais da crise climática e ambiental, bem como da crise de saúde relacionada ao antropoceno, uma vez que as formas industrializadas, racializadas, capitalistas e coloniais de produção de alimentos continuam se expandindo. Por isso, a equipe mexicana decidiu, neste momento, concentrar-se nas disputas sobre o milho geneticamente modificado e os milhos nativos no âmbito do Tratado de Livre Comércio da América do Norte.

Em dezembro de 2020, um painel de especialistas decidiu a favor da agroindústria e da biotecnologia corporativa dos gigantes vizinhos do Norte, particularmente dos Estados Unidos.

Os Estados Unidos, mas também o Canadá, que criam, produzem e exportam milho transgênico barato para o México, manifestando-se contra as restrições sanitárias e ambientais do governo mexicano, e nós pensamos assim, minando a riqueza biocultural do milho nativo. Hoje e na próxima semana, 5 de junho, queremos examinar as implicações legais, toxicológicas, agrícolas e epistêmicas dessa disputa, as ameaças ao milho nativo e ao conhecimento científico também, e os significados que o milho nativo tem na vida, nos hábitos alimentares, nas preocupações com a saúde e nas culturas das comunidades indígenas, das comunidades de agricultores e das comunidades de consumidores no México. Para isso, temos um painel muito rico que vou apresentar agora:

Estamos muito gratas pela participação, em ordem alfabética: o engenheiro Aldo González Rojas, zapoteco de Guelatao de Juárez, em Oaxaca, membro da área de direitos indígenas da União das Organizações da Serra Juárez de Oaxaca, onde tem trabalhado na defesa dos direitos dos povos indígenas em torno de diversas disputas e problemáticas. Desde a última década do século passado, ele mantém uma campanha permanente pela defesa dos milhos nativos mexicanos e contra a contaminação desses milhos por transgênicos. É membro e impulsionador da criação da Rede em Defesa do Milho, impulsionador também do direito à autodeterminação dos povos indígenas nas Comunidades Zapotecas da Serra Norte de Oaxaca. Participou do coletivo oaxaqueño em defesa dos territórios e, junto com seus companheiros e companheiras da UNOSJO, organiza atualmente o Workshop de Verão Estratégias para o Ensino Comunitário. Engenheiro Aldo, seja bem-vindo, obrigado por estar conosco.

Apresentamos também o professor Ernesto Hernández López. Ele é professor de Direito na Faculdade de Direito Fowler, da Universidade Chapman, na Califórnia. Ele pesquisa os aspectos jurídicos da agricultura e da produção de alimentos, incluindo direito internacional, biotecnologia, normas sanitárias e fitossanitárias, acordos comerciais, direito constitucional com foco também na crueldade contra animais de criação e direito local. Publicou artigos em várias revistas, como o Journal of International Economic Law, World Trade Law e, entre outros, escreveu artigos de opinião para a Contralínea no México, Al Jazeera, Los Angeles Times, Chicago Tribune Nation no Quênia e outros meios de comunicação. Foi professor de relações internacionais na Universidade do Rosário e na Universidade Javeriana, ambas em Bogotá, Colômbia. É doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade George Washington. Fez estudos latino-americanos pela Universidade George. É licenciado em estudos latino-americanos e história pela Universidade do Texas em Austin. Bem-vindo, Ernesto, e obrigado por aceitar o convite.

A Dra. Alma Piñeiro Nelson é bióloga e doutora em Ciências pela UNAM. Realizou um estágio pós-doutorado na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Desde junho de 2015, é professora pesquisadora titular na UAM Xochimilco, vinculada ao Departamento de Produção Agrícola e Animal, onde atualmente é responsável pelo Laboratório de Genética e Biotecnologia Vegetal. Suas áreas de especialização são a genética molecular do desenvolvimento das plantas, a biossegurança, o biomonitoramento do milho nativo no México, bem como a ecologia evolutiva do desenvolvimento do milho. Participou de diversas pesquisas relacionadas à detecção de transgenes em sementes, grãos e alimentos derivados do

milho, bem como no estudo das dinâmicas ecológicas e humanas que favorecem o fluxo de transgenes nesta gramínea. Muito obrigado, Alma, por estar conosco.

Contamos com a participação da professora Polette Rivero Villaverde. Ela é professora em tempo integral no Centro de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos. Professora e licenciada em Relações Internacionais pela UNAM. Ela colaborou em diversos projetos de pesquisa, artigos sobre geopolítica e geoeconomia latino-americana, crise econômica, crise civilizacional, bem como segurança alimentar, soberania e o papel dos alimentos nas guerras, que me parece um tema muito atual, e a financeirização. Participou na elaboração de materiais de divulgação científica e, na sua experiência profissional, trabalhou em 2019 como subdiretora de Política e Normativa Internacional na Comissão Intersecretarial de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados da CONAHCYT. Foi secretária acadêmica no centro de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais e diretora da Revista de Relações Internacionais.

Por fim, temos aqui a presença de Ana Laura Wegier Briulo, a Dra. Ana Wegier. Bem-vinda, obrigado por vir até Oaxaca. Ela é pesquisadora da UNAM, especializada em genética da conservação e agrobiodiversidade. Estuda complexos de espécies silvestres e domesticadas, como o algodão e o milho, integrando ciência, política e sociedade para a conservação da biodiversidade no México. Apaixonada pela divulgação científica, a Dra. Wegier trabalha ativamente em temas de agrobiodiversidade, conservação, evolução e políticas públicas, além de lecionar em cursos de graduação e pós-graduação, participar de comissões nacionais e internacionais relacionadas à sustentabilidade, conservação e biossegurança, e atualmente faz parte do Conselho Universitário da UNAM e atuou como Perita Especialista no Painel do T-MEC, sobre as medidas mexicanas relativas ao milho geneticamente modificado em questões de fluxo genético e biodiversidade.

Aqui estamos, passo finalmente a palavra à minha colega, Dra. Gabriela Martínez, e vamos começar. Como podem ver, é um painel muito rico e espero que aproveitemos para fazer muitas perguntas, para esclarecer dúvidas, para discutir e debater sobre este tema tão importante. Obrigada.

Gabriela Martínez

Obrigado, bom dia a todos os presentes. Como disse a Dra. Laura, temos um painel muito interessante e acredito que vamos tirar boas reflexões destas jornadas, porque é disso que se trata: debater e refletir. Muito obrigado também aos nossos palestrantes, que estão se esforçando para atender ao pedido que lhes fizemos através deste projeto. Bem, eu vou me encarregar da moderação desta mesa com nossos palestrantes, pois já temos o acordo, mas também vou explicar ao público que vamos facilitar a cada um dos acordos, seus perfis, uma série de perguntas. Para isso, cada um deles terá cerca de 10 minutos para responder às perguntas que lhes fizermos. No final dessa primeira rodada, teremos uma participação coletiva dos mesmos palestrantes para algumas dúvidas, esclarecimentos ou complementos a essas intervenções e, depois, teremos outros 15 minutos para alguns esclarecimentos que eles também

que queiram fazer coletivamente e, finalmente, teremos 15 minutos com o público, com vocês, com as pessoas que nos acompanham via YouTube, para as perguntas que quisermos fazer ou intervenções ou perguntas diretas aos palestrantes também. Então, vamos começar. Vamos dar a palavra à professora Polette Rivero Villaverde e, com ela, temos uma série de perguntas introdutórias para a Mesa. Vou lê-las e, em seguida, daremos a palavra à professora Polette para que ela possa intervir. A primeira é:

- Em que consistiu a disputa comercial dentro do T-MEC entre o México, por um lado, e os Estados Unidos e o Canadá, por outro, sobre as restrições mexicanas às importações de milho geneticamente modificado para consumo humano. Nessa mesma intervenção, ela poderá nos responder. Quais são as implicações dessa disputa e, de maneira mais geral, da defesa do milho nativo do ponto de vista dos direitos humanos? Então, damos a palavra à professora Polette para a primeira intervenção, por favor, e, caso seja necessário, quando chegarmos aos 8 minutos, indicarei que faltam 2 minutos para terminar a intervenção.

Polette Rivero

Muito obrigado, bom dia a todos e a todas, obrigado às doutoras Laura Montesi, Paola Cesia e Gabriela Martínez, que me fizeram este generoso convite para participar deste diálogo. Obrigado também ao CIESAS, Pacífico Sur e, claro, estou muito feliz por compartilhar este diálogo com colegas tão ilustres. Bem, como temos pouco tempo, gostaria de abordar alguns pontos específicos:

A primeira coisa que quero dizer é que a política do Governo da 4ª Transformação, sem ser revolucionária e tomar medidas que realmente transformem a realidade, nem alimentar nem camponesa no país, a verdade é que esta controvérsia no âmbito do T-MEC tem como ponto de origem dois decretos oficiais que foram publicados, um em 2020 e outro em 2023 pelo então presidente Andrés Manuel López Obrador, para não permitir o plantio de milho transgênico no país. Isso, é claro, alertou os Estados Unidos, apesar de ter sido esclarecido desde o primeiro decreto que essas medidas não afetariam as importações de milho industrial.

No entanto, e é preciso começar aqui por referir quais foram os fatores que alertaram, foi o grande lobby corporativo agroindustrial, como a Associação Mexicana de Sementes, a ANSAC, onde se encontram empresas como a Corteva, a Bayer e a Syngenta, três empresas que controlam o milho transgênico, e o Conselho Nacional Agropecuário, que pressionaram fortemente para que em 2023 se gerasse algo mais positivo. eles queriam ir contra esses decretos e, no entanto, o que o governo fez foi elaborar um decreto mais brando, no qual se indicava que apenas não seria permitido o milho transgênico nas tortilhas e na massa de milho com que estas são elaboradas, deixando de fora muitos temas, entre eles um muito importante, que é o consumo desses produtos que contêm agrotóxicos e estão associados aos pacotes tecnológicos que vêm nas importações.

Em agosto de 2023, a Secretaria da Economia recebeu, conseqüentemente, o pedido do Governo dos Estados Unidos para iniciar um Painel de Resolução de Controvérsias sobre a regulamentação mexicana do milho geneticamente modificado, e pouco tempo depois o Canadá se juntou a ele.

Este Painel de controvérsia baseou-se principalmente no capítulo 9 do T-MEC relativo a medidas sanitárias e fitossanitárias e, é preciso dizer, foram utilizados todos os tipos de relatórios indicados como científicos pelos Estados Unidos e pelas corporações. Bem, isso não é dito, mas, na verdade, sabe-se há muito tempo que eles foram financiados pelas mesmas empresas produtoras de organismos geneticamente modificados e agrotóxicos, ocultando os danos à saúde humana e ao meio ambiente.

O resultado dessas controvérsias ocorreu principalmente em 20 de dezembro de 2024, quando foi declarado que o Painel de Controvérsias concordou com os Estados Unidos nas diversas reivindicações legais e que o México, além disso, argumentou que não havia apresentado provas científicas para demonstrar um possível dano. Em contrapartida, essas medidas, argumentou os Estados Unidos e este Painel não sustentou que afetavam os termos estabelecidos de livre comércio dentro do T-MEC. Bem, seu antecessor, o TLCAN, certo? Foi então que a titular da Secretaria de Economia e Representação Comercial da Casa Branca, Catherine Taylor, comemorou essa decisão e mencionou como o governo mexicano estava prejudicando o acesso ao mercado que havia concordado em fornecer justamente no âmbito do T-MEC, e o governo mexicano teve 45 dias a partir deste relatório final para cumprir as conclusões do Painel, em particular para reverter esses decretos.

Isso é muito importante como antecedente para abordar essa controvérsia, e o que o governo tem feito atualmente? bem, vamos pular essa parte, pois talvez meus colegas falem mais sobre isso, mas basta mencionar que, em 17 de março deste ano, após importantes discussões, sobretudo na sociedade civil, foi estabelecida na Constituição mexicana a proibição do plantio de milho geneticamente modificado em todo o território nacional, no artigo quarto, por exemplo, será reconhecido que, por ser o México o centro de origem e diversidade do milho, ele será um elemento de identidade nacional, um alimento básico do povo e a base para a existência das comunidades indígenas e afro-mexicanas.

Isso faz parte do conflito e é parte, digamos, da introdução que teríamos que fazer, mas o que me importa destacar é essa controvérsia, que na verdade tem no centro uma dependência das importações de alimentos que é resultado de um modelo de domínio agroalimentar que vem dos Estados Unidos desde a década de 1970 e que obrigou nosso povo a depender principalmente de grãos básicos.

É importante dizer que o que foi feito até agora tem sido, na verdade, uma conquista dos povos e das, digamos, das comunidades múltiplas, tanto rurais quanto urbanas, dos ativistas, dos cientistas, dos críticos, que, desde 2001, detectaram a contaminação de plantações de milho por meio de um plantio ilegal e de um exercício, além da simulação de consulta aos povos indígenas. Como resultado, em 2013, fruto dessa luta coletiva, foi apresentada uma ação coletiva contra a liberação do milho transgênico no México, que foi contestada mais de 100 vezes pelas grandes empresas do agronegócio.

E bem, enquanto estamos nesse caminho, temos que continuar pensando como esse tema está relacionado com a própria vida, com nossos direitos, questionar que o Direito mercantil tem estado acima dos direitos humanos e dos direitos coletivos, isso nos leva a pensar que nesses tribunais, pois o que está sendo disputado é o âmbito

comercial, o dos agronegócios das grandes corporações, e que o setor privado tem estado acima do público. Nesse sentido, e respondendo também à segunda parte da pergunta, é preciso insistir que o impacto desses sistemas de produção alimentar, industrial e capitalista afeta o direito humano à alimentação, que foi reconhecido desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, conhecido como PIDESC de 1966, mas também tem minado o direito à soberania alimentar que tanto têm defendido os nossos povos camponeses, bem como as nossas comunidades de consumo mais conscientes.

Em termos de direitos humanos, também é preciso acrescentar os impactos ao direito a um ambiente saudável, uma vez que essas biotecnologias representam riscos à biodiversidade e ao equilíbrio ecológico. No México, é importante mencionar que muitas organizações também têm defendido o direito à informação e à rotulagem, para que possamos saber quando um produto contém essas modificações transgênicas e possamos escolher se o consumimos ou não.

Temos também o direito do povo como herdeiro das variedades de milho e outros grãos e vegetais, pelo que a sua privatização através de todos os direitos de obtentor que são gerados a partir de mecanismos, como por exemplo a assinatura do T-MEC, digamos a sua renovação, tem obrigado o Estado mexicano que, felizmente, não assinou a sua adesão à UPOV, digamos, em 1991. Bem, poderíamos analisar mais tarde o que isso significa, mas basicamente é a privatização das sementes e esses direitos de obtentor, como são chamados, também atentam contra o processo histórico, civilizatório e comunitário. E, nesse sentido, é preciso afirmar que essa disputa está, na verdade, colocando em jogo dois modelos importantes de vida e de produção alimentar, representados de forma muito importante pelo milho no caso do nosso povo, mas não apenas pelo milho, embora nos importemos muito com as culturas mesoamericanas, que são importantes para a diversidade genética e do mundo em geral. Então, aí poderíamos entrar em outra discussão que caberia mais às nossas companheiras que conhecem esses temas, mas gostaria de encerrar apresentando a ideia da importância que esse grão tem para o nosso povo, historicamente como parte da construção, da formação de uma cosmovisão de sustentabilidade material e imaterial, de uma economia, de uma história e de uma identidade cultural. Nesse sentido, a luta pelo milho nativo e pela milpa, digamos, como um todo, representa também a defesa dos territórios, não apenas contra as corporações, mas também contra os interesses que elas têm, pois já existe todo um sistema de exploração, como as mineradoras, as empresas de refrigerantes e vários megaprojetos cuja execução implicou em desapropriações e deslocamentos forçados. Portanto, a luta é muito mais complexa, mas é representada precisamente por esses dois modelos opostos e, basicamente, eu faria essa introdução para refletir sobre qual tem sido a disputa no centro do T-MEC e do milho.

Gabriela Martínez

Obrigada, professora. Sim, exatamente, e aproveitando também para comentar com os palestrantes, teremos 10 minutos para esclarecimentos adicionais. Então, obrigada por

manter o tempo. E bem, em segundo lugar, temos a doutora Ana Wegier, que está aqui conosco, agradecemos muito novamente e vou ler as perguntas que fizemos a ela:

- No final de 2024, o grupo de especialistas declarou que a proibição mexicana não tinha fundamento científico e violava o acordo entre os Estados Unidos, o México e o Canadá. O que significa afirmar que os argumentos mexicanos “não têm fundamento científico”?

Quais são as implicações epistemológicas e políticas da rejeição e subestimação das evidências científicas apresentadas pelo governo do México? Passamos a palavra à Dra. Ana Wegier...

Ana Wegier

Muito obrigada pelo convite. Não vou repetir tudo o que já foi dito, pois tenho a sensação de que os membros do painel vão se repetir um pouco, mas vamos nos adaptando à medida que avançamos. Bem, então a primeira coisa que quero levantar é que nós, como país, como sociedade, como pessoas, temos garantias de inocuidade que nos são dadas pelo nosso milho, pela forma como o usamos, e estas, na realidade, estão sustentando nossa soberania alimentar. Precisamos pensar de outra maneira para poder entender qual é o grande conflito que temos com o milho geneticamente modificado e por que estamos defendendo desta forma o milho que é do México, que é um sistema completo que pode ir desde os parentes silvestres, as variedades nativas, até mesmo os híbridos e as variedades melhoradas, tudo isso está dentro de um sistema de milho mexicano que nos dá garantias de inocuidade, que sabemos que é seguro consumir esse milho 365 dias por ano, independentemente de como nos sentimos, da nossa idade, e podemos fazê-lo durante toda a nossa vida.

Convido vocês a refletirem sobre quais são as suas próprias garantias em relação ao milho, o que pensam para a sua comunidade, se ao trocarem milho não estão prejudicando quem com quem trocam, se ao herdá-lo têm a garantia de que não estão herdando um problema. Todas essas questões são muito importantes porque vivemos em um mundo em constante mudança. Estamos mudando tudo o que nos permitiu sobreviver por centenas de gerações. Muitas vezes, estamos mudando sem nem mesmo perceber, e isso está afetando também algumas possibilidades de manter nossa soberania alimentar. É isso que está acontecendo com o milho. Estamos defendendo que não queremos todas essas mudanças porque sabemos que há uma base que nos sustenta. Estamos perdendo, como podem ver no quadro, as variedades, que são muito diversas e têm capacidade de resistir até mesmo às diferentes mudanças. Estamos trocando-as por variedades que não são diversas, como Polette já nos explicou, por muitos fatores que se entrelaçam.

Agora, o que é um cultivo geneticamente modificado? Isso foi distorcido e misturado com muitas palavras muito complicadas. Hoje temos uma nova forma de dizer isso para que seja ainda mais simples. É aquele que tem modificações feitas por técnicas que ultrapassam as barreiras naturais da reprodução ou recombinação. Podem ser transgênicos, geneticamente editados, biologia sintética, como querem chamá-los. Como reconheço isso, porque acho que é mais fácil de entender? Porque são aqueles que não podem ser produzidos, por exemplo, no milho, entre uma flor feminina de milho e uma flor

masculina do milho, sempre será possível produzir uma espiga. Bem, e aí, essas mudanças são naturais, quando eu preciso cruzar um milho com um peixe, uma bactéria e um vírus ao mesmo tempo, não, eu posso fazer isso entre flores de maneira natural, então eu percebo que isso ultrapassa as barreiras naturais da reprodução e da recombinação, e é assim que vamos entender, os geneticamente modificados são aqueles que precisamos fazer uma intervenção que vai muito além do que aconteceria naturalmente. E podemos reconhecer que as mudanças vêm dessas introduções, manipulações, alterações, remoções e inserções nesse código genético que estão fora do que estaria acontecendo e, portanto, a informação que sempre foi do milho não é mais do milho, certo? Por exemplo.

Agora, por que estamos fazendo tanto esforço? Porque, basicamente, desde 1996, sem informações geradas no México, sem levar em conta tudo o que foi dito aqui sobre o milho se reproduzir, se multiplicar, ser polinizado pelo vento e chegar muito longe, nos garantiram que nosso milho não seria contaminado da mesma forma, sem levar em conta quanto, como e onde nos alimentamos. Eles também afirmam que devemos confiar ou experimentar para ver o que acontece. Então, a partir da primeira afirmação, podemos ver o mapa do México, como estamos atualmente, onde os municípios em cinza são aqueles onde se procurou se havia contaminação genética no milho e não foi encontrada, mas os municípios em verde são aqueles onde foram encontradas sequências geneticamente modificadas em nosso milho e os em branco são aqueles onde não foi procurado. Esta é a situação atual, o quadro atual. Então, se todas essas sequências já chegaram, já está aprovado que, se forem plantadas, podem chegar ao nosso milho e que outras formas também chegam ao nosso milho plantado, como é que agora devemos confiar que, sem contemplar quanto, como e onde comemos, nada vai acontecer conosco? Então, sim, efetivamente, o T-MEC é um processo no qual os países se comprometeram a chegar a um acordo sobre como se comunicariam entre si quais eram as medidas fitossanitárias e sanitárias que poderiam ser consideradas. Eles garantiram que houvesse um procedimento. Então, sim, podemos implementar medidas, desde que sigamos um procedimento.

Por que o México perdeu o Painel? Simplesmente porque não seguimos o procedimento que havíamos acordado. Trata-se de um processo, e aqueles que conduziram esse julgamento, esse Painel, não eram especialistas científicos, nem médicos, nem antropólogos, nem nada disso. Eram advogados que sabiam como interpretar os termos do T-MEC, e foi exatamente isso que tiveram que analisar, os processos do T-MEC foram seguidos, não, não foram seguidos. Como os Estados Unidos sabiam que iríamos perder o Painel desde o início? Porque nesse processo teríamos que ter feito uma análise chamada análise de risco. Tínhamos que ter mostrado isso à contraparte e eles teriam que ter dado sua opinião. E então, depois disso, poderíamos ter apresentado nossa medida. O que aconteceu? Não mostramos a eles uma análise de risco, eles nos disseram: me dê uma prova de que você mostrou isso e mostre a quem está verificando se você fez bem esse processo. E então essas são as provas que o México não pôde apresentar. Não são provas científicas sobre como, quando e o que o milho faz, não são as provas de que fizemos um processo que não realizamos e, por isso, no resultado final, diz-se que o México forneceu as informações científicas, sim, mas não as forneceu analisadas e, por isso, não está mostrando que a análise apresenta um resultado, porque não a fizemos, então, por mais que tenhamos um belo banco de dados ou muitos...

informações, muitos artigos, se não forem analisados, como o procedimento legal diz que temos que fazer, então não tínhamos chegado ao momento, e então nunca pudemos mostrar que tínhamos feito consultas e notificações entre os pares.

Agora, o que aconteceu? Nós também tivemos algumas perícias, eu fui perito em fluxo genético e biodiversidade, houve um perito em saúde, houve dois peritos em patrimônio biocultural, todos os laudos foram muito sérios e muito bem elaborados, no entanto, os Estados Unidos disseram: por que eu iria querer ver esses laudos se não estou discutindo se isso causa danos ou não, o que acontece com a saúde ou com o patrimônio biocultural? eu só estou discutindo se você seguiu o processo e é por isso que as informações científicas não foram incluídas.

O que eles chamam de informação científica é seguir o processo de análise de risco, porque uma análise de risco com esse método pode ser feita no México, na China ou nos Estados Unidos e produzir um resultado. Então, não fizemos o que precisávamos fazer. Bem, vou ser mais rápido, ok, o que vamos fazer? Tivemos que ver o que deveríamos ter feito, que era contra-argumentar, dizer: veja, você também não está cumprindo o T-MEC, não está me dando as avaliações corretas, vamos colocar tudo na mesa. O México não quis fazer isso, as organizações solicitaram e, atualmente, ainda estamos esperando para ver por que nos colocamos nessa situação, por que não fomos ouvidos.

O que está acontecendo? Como Polette já disse, a partir de 17 de março temos uma reforma constitucional, todos os estados a ratificaram, foi aprovada pelos deputados, pelos senadores, primeiro pelos deputados, depois pelos senadores, e então ratificada, tornando-se uma Reforma Constitucional. Portanto, agora muitas coisas são reconhecidas, primeiro, que o México é o centro de origem e diversidade, depois que o cultivo no território nacional deve estar livre de modificações genéticas que ultrapassem as barreiras da recombinação e reprodução, por isso estou dizendo isso aqui, porque esta é a nova maneira como vamos dizer “isso inclui tudo” e muito cuidado, todo outro uso que for feito dentro do território nacional de milho geneticamente modificado deve ser testado por quem está tentando introduzi-lo, utilizá-lo, trazê-lo para o país, que é livre de ameaças à biossegurança, à saúde e ao patrimônio. É virar o jogo, literalmente agora, agora é os Estados Unidos que têm que provar ou quem quiser não trazer esse milho. Tem que provar que o uso que vai ser dado a ele não coloca em risco nossa saúde nem a forma como vivemos neste país. Além disso, incluem muitas outras características dentro desta reforma que certamente podemos aprofundar mais tarde, mas basicamente colocam em pé de igualdade também os conhecimentos que temos sobre milho na ciência, na inovação, em centros públicos, de pesquisa, com os conhecimentos tradicionais. De tal forma que a reforma consegue colocar, digamos, à altura que os processos são importantes e também as garantias, e esta é uma forma integral de ver isso junto com o contexto para que possam, bem, por enquanto é tudo e depois continuamos, muito obrigado.

Gabriela Martínez

Muito obrigado à Dra. Ana Wegier e passamos agora à Dra. Alma Piñeyro Nelson. Vou ler as perguntas que lhe foram dirigidas:

- Em primeiro lugar, quais têm sido as posições do governo federal, da comunidade acadêmica e dos ativistas comunitários e socioambientais em relação ao milho nativo e ao milho geneticamente modificado nos últimos anos? Quais foram as medidas que o México tentou implementar em relação ao plantio, importação e consumo humano e não humano de milho? Edição genética durante o governo de Andrés Manuel López Obrador? Quais foram as razões fitoecológicas alimentares, políticas e socioculturais pelas quais o México tentou restringir as importações de milho geneticamente modificado nos últimos anos?

Alma Piñeyro

Olá, sim, muito obrigado. Vou me concentrar um pouco mais, vou abordar algumas questões com um pouco mais de profundidade, outras nem tanto, entre outras coisas porque sabia de um assunto sobre o qual diferentes colegas que estariam aqui presentes poderiam realmente contribuir mais do que eu para algumas dessas respostas. Mas, com relação à primeira pergunta, embora ela se concentre nos últimos anos, eu acho que, quais têm sido as posições do governo federal? A comunidade acadêmica e o ativismo comunitário socioambiental diante do milho nativo e do milho transgênico nos últimos anos, acho que nada mais para lembrar ao público e contextualizar o que estamos discutindo hoje, embora pudéssemos abordar apenas o período de 2018 até agora, acho importante enfatizar que a posição do governo federal diante da presença do milho transgênico, sua posição entre 2002 e 2018, foi abertamente ambígua e contraditória, não? E por que digo que foi ambígua e contraditória? Porque, por um lado, foram estabelecidas normas para a regulamentação e o uso; e enfatizo o uso porque isso em si não é apenas um uso, mas a promoção do uso de organismos geneticamente modificados é uma contradição fundamental em uma lei. Nessa regulamentação, em particular a Lei de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados, que entrou em vigor há 20 anos, em 2005, baseava-se formalmente no princípio da precaução, que de fato é abordado diretamente nos primeiros artigos dessa lei, mas, no fundo, continuava sendo uma lei que promovia de maneira importante o uso de organismos derivados da biotecnologia moderna, ou seja, os OGMs, e, por outro lado, impunha medidas muito tênues, muito ambíguas diante, digamos, da possível detecção de fluxo gênico, ou seja, de contaminação com transgenes de diferentes culturas das quais o México era o centro de origem, é o centro de origem e diversificação, também estabelece que o milho teria o milho e outras culturas que seriam, que são centrais no México, das quais o México é o centro de origem e diversificação, deveriam ter um regime especial de proteção. No entanto, esse regime especial de proteção no Regulamento derivado da Lei de Biossegurança ficou vazio, ou seja, nada concreto foi estabelecido sobre como essa proteção seria realizada e, na prática, tornou-se inoperante. Então, bem, embora tenha sido estabelecida essa lei, que na época foi chamada de Lei Monsanto, esse tipo de contradição, de fundo e de forma que ela tem, e que tem um interesse, dedica mais tempo, digamos, e mais espaço para regulamentar como os organismos geneticamente modificados são usados do que em como prevenir e, quando for o caso, punir a presença de transgênicos onde eles não deveriam estar, ou seja, em culturas nativas do México. No entanto, nesse mesmo período de 2002 a 2018, também foram estabelecidos alguns laboratórios de monitoramento dentro das Secretarias relacionadas ao tema, em particular a SEMARNAT, no laboratório do

INEGI, SAGARPA, agora SADER, através da SENASICA, que é sua agência ligada ao monitoramento de diferentes tipos de aspectos relacionados às culturas.

Foram financiados diversos esforços de biomonitoramento realizados fundamentalmente por acadêmicos para avaliar a presença de transgênicos em milhos nativos. Com base na Lei de Biossegurança, foi criada uma instância articuladora da biossegurança no México, que é a CIBIOGEM. No entanto, diante da evidência comprovada da presença de transgênicos em algumas variedades de milho nativo no México, não apenas o relatório de 2001 mencionado pela professora Polette, mas também os diferentes estudos realizados após esse primeiro relatório de 2001 e que foram entregues como relatórios técnicos em 2002 e 2005 e posteriormente publicados como artigos acadêmicos. Então, apesar de haver essa evidência, foi realizado um processo que os sociólogos “inaudível”, os sociólogos franceses que estudaram, digamos, o fenômeno da implementação da biossegurança e os diferentes atores ligados à controvérsia específica do milho transgênico no México chamaram de uma atuação séria em matéria de biossegurança, onde na realidade se simulava que estavam sendo feitos estudos e que se tinha uma postura cautelosa quando isso, na verdade, não acontecia. Por sua vez, essa atuação séria foi reforçada por um fenômeno que se mantém até hoje, que é a instância governamental que deveria estar centralmente envolvida na regulamentação, no monitoramento e, em particular, na implementação de medidas práticas no campo da contenção, na dispersão de transgenes de variedades híbridas transgênicas, híbridas melhoradas para culturas nativas do México não transgênicas, que é a SAGARPA, agora SADER, sempre teve durante o período em questão uma postura abertamente “pré-uso” de organismos geneticamente modificados, o que se traduziu em uma ineficácia e opacidade de seus esforços de monitoramento que até hoje não conhecemos de forma sistemática. E eu gostaria de destacar que essa postura, embora a partir de 2018 a SADER não tenha mais se tornado uma promotora aberta do uso de organismos geneticamente modificados, na realidade continuou tendo uma postura omissa a esse respeito, apesar de ser mais uma vez a figura central quando se trata de plantas cultivadas. Seu laboratório, que é o laboratório de monitoramento mais importante que existe, faz parte da CENASICA e não gerou resultados consistentes nem públicos sobre o que encontrou quando teve, e não vou me alongar sobre isso porque não é o tema do painel de hoje e, além disso, Ana Wegier seria a especialista para falar sobre isso, pois também manteve uma postura omissiva diante, por exemplo, da presença de algodão geneticamente modificado em diferentes partes do país e essa postura, é preciso dizer, se manteve durante o sexênio do governo anterior de Andrés Manuel López Obrador, em que as instâncias que tentaram, digamos, abordar essa situação foram as instâncias que não estavam, na minha opinião, diretamente envolvidas ou não deveriam ser as centrais como eram a SEMARNAT e a CONAHCYT, e isso fala das contradições que já passaram para o próximo sexênio, que existiram no governo de Andrés Manuel López Obrador e que até hoje me parecem manter-se.

Então, bem, dentro dessas contradições de implementar uma Lei de Biossegurança muito permissiva, em si, ter laboratórios de monitoramento que eram ineficazes ou opacos, ou ambos, não tomar medidas concretas de contenção quando já havia evidências comprovadas da presença de transgenes, nesse contexto, e esses esforços insuficientes, tudo isso...

esse quadro jurídico e esses esforços, mais ou menos úteis, se não tivessem ocorrido, me parece, se não tivesse havido pressão social, por que diante do fenômeno da presença de transgêneros em milhos nativos em uma zona tão improvável como a Serra Norte de Oaxaca, e menciono uma zona improvável porque, vocês que estão em Oaxaca sabem melhor do que eu, é uma zona onde a vocação é fundamentalmente florestal e o milho é plantado em pequenas parcelas e hortas domésticas, sobretudo para autoconsumo. Portanto, não era o lugar onde se esperaria encontrar milho transgênico em 2001. Esse fenômeno permitiu articular um movimento de resistência multissetorial que incluiu organizações e coletivos camponeses, organizações ambientalistas e, de maneira transcendente, e digo transcendente, não porque sejamos mais importantes que os outros dois coletivos, mas porque normalmente nós, acadêmicos, não nos pronunciamos realmente nem entramos a trabalhar em temas de impacto social concreto. Nesse sentido, digo que foi transcendental a incorporação de membros da academia e de setores bastante diversos da academia que, a partir de diferentes fóruns, esses três, digamos, diferentes membros da sociedade mexicana, como grupos camponeses, grupos ambientalistas e grupos acadêmicos, levaram a cabo um ativismo socioambiental sustentado e processos de resistência, onde um dos mais notáveis e duradouros foi a ação coletiva movida contra o plantio de milho transgênico que ocorreu em 2013 e que, na minha opinião, foi a medida mais eficaz na prática, de forma empírica, para impedir o plantio, pelo menos do ponto de vista formal, de milho transgênico no México.

Não vou entrar no mérito do fenômeno dos diferentes movimentos camponeses e ambientais, porque acho que meu colega é muito mais competente para falar sobre isso. apenas terminaria esta pergunta dizendo que, nos últimos anos, falando de 2018 até hoje, a posição oficial do governo federal mudou para uma rejeição explícita do uso de milho transgênico, excluindo diferentes instâncias do governo de se envolverem, embora, mais uma vez, a SADER tenha se mantido omissa e incompetente.

Então, passarei à próxima pergunta: quais foram as medidas que o México tentou implementar em relação ao plantio, importação e consumo humano e não humano de milho transgênico durante o governo de Andrés Manuel López Obrador?

Para não me repetir com minha colega Polette, então, bem, ela já mencionou os dois decretos presidenciais, o de 2020 e depois sua versão mais leve, que foi de fevereiro de 2023, mas antes desses dois decretos também foi importante, como me parece, sobretudo como um efeito simbólico, a implementação da Lei Federal para a Promoção e Proteção do Milho Nativo, que entrou em vigor em abril de 2020. Essa lei, embora também seja muito restrita em seu alcance real, tem a boa intenção de promover o uso do milho nativo em detrimento de outros tipos de milho que podem ser plantados no México. E voltando aos decretos dos quais Polette e, de forma importante, Ana já falaram, sobre como isso se originou, como foi realizado, o que aconteceu dentro do Painel de controvérsia, uma vez que o México perdeu o Painel de controvérsia e, como Ana já mencionou, decidiu não fazer uma contra-ação, a medida de resposta do nosso governo foi a proposta de emendar constitucionalmente dois artigos, o 4º e o

27º, com o objetivo de elevar a importância do milho ao nível constitucional nas condições que Ana também mencionou.

Agora, quais foram as razões fitoecológicas, alimentares, políticas e socioculturais pelas quais o México tentou restringir as importações de milho geneticamente modificado nos últimos anos? Parece-me que as razões centrais, digamos as partes mais práticas, são que o México é o centro de origem e diversificação do milho, como Ana também mencionou, o milho é fundamental na dieta mexicana e temos um consumo, um padrão de consumo e de utilização do milho que é muito diferente de outros países e que, dada a cronicidade com que consumimos milho, que é basicamente desde que nascemos até morrermos e em formas pouco processadas, como a tortilha, os possíveis impactos negativos do consumo de milho transgênico são exacerbados nessas condições de consumo. Além disso, o milho, como outros colegas mencionaram anteriormente, tem um valor econômico, social e cultural muito *peculiar*, e também me parece que alguns desses decretos, os decretos simplesmente estabelecidos no último sexênio e que foram revogados a partir do Painel de controvérsia perante o T-MEC, tentavam amenizar uma circunstância, um fenômeno que é muito importante no contexto mexicano, que é a introdução de milhões de grãos de milho geneticamente modificado dos Estados Unidos que, de forma crônica e sustentada, ameaçam a cadeia de abastecimento humano, onde já detectamos em publicações das quais participamos em 2017 e em outras posteriores, que estamos tendo tortilhas com transgênicos.

Então, bem, parece-me que estas são medidas paliativas que se tentaram implementar para contrariar o fenômeno de termos mais de 22 milhões de toneladas de milho importado para os Estados Unidos, que tem traçabilidade zero uma vez que entra no país e, portanto, está a entrar na cadeia alimentar humana e, bem, apenas para completar algo que também foi mencionado pelos meus colegas, em particular Polette, parece-me que, efetivamente, a disputa pela situação do milho transgênico no México ou geneticamente modificado, em sentido mais amplo, é uma disputa pela soberania alimentar. Não apenas do ponto de vista prático e concreto, pelo que já mencionei, mas também do ponto de vista simbólico, e menciono isso não como algo menor, mas como algo que temos que ter muito claro neste tipo de debate, e com isso encerro, muito obrigada.

Gabriela Martínez

Obrigada. De qualquer forma, você pode complementar nos 3 minutos que temos no final desta rodada, não se preocupe.

Bem, muito obrigada à Dra. Alma Amparo e vamos agora passar a palavra ao engenheiro Aldo González Rojas. Fizemos uma série de perguntas que vou ler:

- Como os acordos comerciais impactam os princípios da soberania alimentar, que papel eles podem ou não desempenhar? E os consumidores, os movimentos camponeses, as comunidades indígenas e a sociedade civil em geral para influenciar os acordos comerciais internacionais que dizem respeito à alimentação e à saúde? Qual é o peso do princípio da autodeterminação dos povos e, em particular, da proteção garantida no

artigo segundo da Constituição perante as leis? Boa tarde, engenheiro, e lhe damos a palavra por 10 minutos, obrigado.

Aldo González

Sim, boa tarde, muito obrigado pelo convite e vou tentar responder às três perguntas que me foram feitas.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o conceito de soberania alimentar que estou utilizando agora é aquele que provém das discussões da La Vía Campesina na Constituição do nosso país. Embora se utilize o conceito de soberania alimentar, não se dá uma definição precisa e, nesse sentido, digamos, um dos efeitos dos acordos comerciais sobre a soberania alimentar é a negação do direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados. Vocês sabem que no México, principalmente entre os povos indígenas e camponeses, existe uma diversidade de milhos que está diretamente relacionada com o tipo de comida que se prepara com cada um desses milhos diversos. O direito à soberania alimentar também implica que tenhamos alimentos acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e o direito de decidir nosso próprio sistema de alimentação e produção. Portanto, se for permitida a introdução de milho geneticamente modificado em nosso país, esses direitos serão anulados.

A partir do conceito de soberania alimentar da La Vía Campesina, deve-se dar prioridade às economias locais e, bem, aqui está-se dando prioridade às empresas transnacionais, que são as que podem distribuir esse tipo de produto com *dumping*, porque são apoiadas pelos próprios governos dos estados, pelo próprio governo dos Estados Unidos ou de outros países, em outros casos, para facilitar sua exportação para o México ou para outros lugares.

A soberania alimentar também deveria garantir rendimentos dignos para todos os povos e os direitos dos consumidores de controlar sua própria alimentação e nutrição. No México, os consumidores não têm o direito de decidir o que vão comer. Os mercados oferecem alternativas, mas a maioria dos consumidores das cidades, principalmente, está exposta aos produtos que chegam às lojas e, na maioria das vezes, esses alimentos, cuja origem é desconhecida, não têm rótulos, pois a rotulagem que vem sendo estabelecida em nosso país nos últimos anos não contém disposições relacionadas aos transgênicos. E bem, esta é uma situação que coloca os consumidores em risco de consumir não apenas milho transgênico, mas muitos outros produtos transgênicos que estão chegando ao mercado e que, devido à economia das famílias que têm acesso a esses produtos, eles vão escolher não por seu conteúdo nutricional, mas porque são mais baratos. E me refiro, por exemplo, a óleos, arroz e outros produtos que estão chegando hoje à mesa das famílias mexicanas mais pobres do nosso país.

Bem, então o direito à soberania alimentar, uma vez que está bastante limitado por este tipo de ações que se desenvolveram a partir dos tratados comerciais, eu gostaria de dizer que há muitos anos, a Via Campesina, que é uma das organizações mundiais mais importantes de camponeses, que conta com mais de 300 milhões de camponeses

Os afiliados propuseram em diferentes fóruns internacionais que a agricultura deveria ficar fora dos tratados comerciais. E bem, a partir do momento em que a Organização Mundial do Comércio começou a dar instruções aos países do mundo para que modificassem suas disposições legais e suas políticas públicas em relação à alimentação, à alimentação, à produção agrícola, isso tem sido cada vez mais afetado.

Há 40 anos que não há apoios ao campo no México. Recentemente, nos últimos anos, começaram a ser resgatadas algumas das instituições que foram destruídas pelo neoliberalismo no México no seu início, por exemplo, os preços garantidos, com todos os problemas que isso causou. por exemplo, no sexênio anterior, que não quero mencionar para não entrarmos em outra dinâmica, acho que todo mundo deveria saber disso.

A produção de sementes também foi destruída, foi uma concentração que um grupo de funcionários, altos funcionários do governo da administração anterior, se encarregou de concentrar e entregar praticamente à empresa Monsanto. Então, recentemente, começaram a tentar estabelecer políticas públicas que existiam no passado para tentar apoiar, fomentar a produção de milho nativo e, em geral, apoiar o campo. Infelizmente, as políticas não têm sido as mais acertadas, não houve consulta suficiente às próprias comunidades indígenas, as organizações camponesas foram desprezadas e, praticamente, o Estado, o governo mexicano, vem tomando as decisões desde abril. Infelizmente, nem os consumidores, nem os produtores, nem os camponeses têm o direito de ser informados, porque essas disposições do Tratado de Livre Comércio foram negociadas pelas cúpulas e não houve informação às comunidades sobre o que estava sendo debatido, o que deveria ser defendido, mesmo que as comunidades indígenas tenham direito à autodeterminação e à consulta livre, prévia e informada, o que não ocorreu. O acordo foi assinado sem que os povos indígenas fossem consultados. Houve uma violação desse direito dos povos indígenas, independentemente do fato de que, no momento em que foi assinado, ainda não existia a recente reforma constitucional, que já estabelece o direito à consulta livre, prévia e informada, mas nosso país já havia assinado a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, na qual esse direito é estabelecido.

Bem, em geral, muitas comunidades indígenas originárias com as quais mantemos contato tomaram a decisão de continuar plantando suas sementes nativas contra a corrente, independentemente das disposições legais estabelecidas em nosso país ou no mundo, no presente ou no futuro, porque, infelizmente, essas comunidades não estão esperando que a lei defina a proteção real de suas sementes e, nesse sentido, tomaram em suas próprias mãos a possibilidade de continuar sentindo-as. E bem, em relação à terceira pergunta, que se refere ao peso do princípio da autodeterminação dos povos e, em particular, à proteção garantida no artigo segundo da Constituição perante as leis, gostaria de dizer que o direito à autodeterminação dos povos indígenas é bastante limitado nesta disposição legal. O direito à autodeterminação não tem alcance, por exemplo, não tem alcance para a proteção das terras e dos territórios dos povos indígenas. Nesse sentido, muitos dos territórios dos povos indígenas estão hoje sendo ocupados por megaprojetos,

por empresas transnacionais que têm outros tipos de interesses e a falta de apoio às atividades produtivas das comunidades indígenas e rurais do nosso país foram substancialmente reduzidas e é muito difícil que elas possam ter acesso às suas terras.

Mesmo quando estabelecem no segundo vereador que têm direito preferencial, direito que, por ser preferencial, pode ser substituído por um terceiro. E, em geral, gostaria de enfatizar a questão da consulta, porque foram realizadas algumas consultas em comunidades indígenas e rurais que são simuladas, que não têm informações prévias suficientes para que as pessoas possam tomar suas decisões. Muitas vezes, essas consultas têm apenas informações sobre os supostos benefícios que os projetos poderiam trazer, estabelecidos neste caso, por exemplo, em relação ao milho, nem mesmo foi informado, mas há um retrocesso importante na reforma quando se estabelece que aqueles que estiverem interessados em realizar as consultas são os que deveriam pagar pela sua realização. É claro que nem o governo dos Estados Unidos nem o do Canadá pagaram por essa consulta, o governo mexicano deveria ter feito isso com informações suficientes, mas não o fez e estamos em uma situação de indefesa porque há conflito de interesses quando alguém pretende consultar comunidades indígenas de acordo com o que está estabelecido na consulta. Tudo bem, terminei a ideia.

Gabriela Martínez

Muito bem, obrigada, obrigada, engenheiro, e tudo bem. Em quinto lugar, o quinto dos palestrantes é o professor Ernesto Hernández López. Vou ler as perguntas que lhe enviamos:

- Considerando o que foi discutido e com base na sua experiência como professor de jurisprudência e estudos críticos sobre alimentação, o professor poderia nos explicar o que há de “colonial” na decisão a favor dos Estados Unidos nesta disputa e, de maneira mais geral, nos pressupostos que informam a economia, o comércio e o direito internacional? Desde a chegada de Trump ao poder e sua política que dinamita a ordem mundial globalizadora e promove visões econômicas e comerciais protecionistas: o que mudou em termos de respeito ou não aos acordos internacionais e que cenário se abre para disputas como esta do milho geneticamente modificado?

Ernesto Hernández López

Obrigado por me ouvirem. Sei que meu espanhol não é tão perfeito quanto há 15 anos, mas passei uma das melhores semanas da minha vida quando estive na cidade de Oaxaca, em um hotel, escrevendo pela manhã e, à tarde, comendo, indo aos mercados e podendo viver uma semana na vida de Oaxaca. Foi uma das melhores semanas da minha vida. Então, para dar uma ideia do que quero tentar fazer, vou responder às perguntas inicialmente como advogado, em segundo lugar, como advogado que vê o contexto em que estamos e, em terceiro lugar, como advogado que tenta ver o futuro. Então, Polette, Alma e também Ana descreveram muito bem a decisão. Uma coisa que quero acrescentar é que o direito comercial se interessa mais pelo comercial do que por qualquer outra coisa, e é óbvio, por exemplo, que o Decreto de 2021, no Artigo 8, em espanhol, dizia que, eventualmente, os transgênicos seriam proibidos na forragem e no uso industrial, e o Painel e a tradução disseram que isso seria gradual. E, mais importante, o Painel decidiu que não seria uma proibição eventual, mas que a proibição,

Embora seja no futuro e não haja medidas concretas neste momento, é um sinal para o mercado. Então, o Artigo 8, que falava da forragem, que é o que interessa aos Estados Unidos, interessa-lhes muito mais do que o consumo humano, era uma medida sanitária, fitossanitária, o que significa que todo o problema das exportações de milho dos Estados Unidos era devido a um sinal no mercado, não a um fato no mercado. E além do que Ana disse, grande parte do problema da decisão é que ela se concentrava na avaliação de riscos. Isso não é ciência, mas é um pouco de ciência e um pouco de política, e vemos como isso resulta. E eu, como advogado, estou escrevendo agora dizendo que essa avaliação no texto, o T-MEC, não é muito clara, mas o Painel decidiu que, como não houve uma avaliação, era apenas um banco de dados, segundo eles, há problemas com as normas internacionais, há problemas com o decreto, que se baseou em princípios científicos, há problemas com o decreto, que não é necessário o que está protegendo e, por último, o decreto restringe demais o comércio.

Então, tudo isso se resume a decidir que se trata de um problema comercial, não científico, e que é uma medida sanitária, fitossanitária. Então, em termos coloniais, o que vejo? Eu me concentro no colonialismo, não tanto no colonialismo como um poder que toma o controle do território ou um poder que assume autoridade sobre uma população. Naqueles momentos, os termos legais eram ocupação, colonialismo, autonomia, isso é o que estávamos vendo talvez em lugares como Caxemira, Ucrânia ou Gaza, mas o colonialismo, como eu o vejo na América Latina, é uma interação entre o econômico, o político, o cultural, o ideológico. Isso é o que nos preocupa, é como não apenas o direito ou a política impõem poder, mas como eles interagem. Então, o que vejo, de acordo com meus estudos, que me ajudaram, são as ideias de Aníbal Quijano sobre a colonialidade do poder e, além disso, as ideias de Walter Dignolo, que fala sobre como a colonialidade do poder, que é como o processo colonial funciona, e ele diz que isso funciona através da economia, da autoridade que é política, o patriarcado, que é uma questão cultural e ideológica e, por último, é nisso que vou me concentrar, a colonialidade do poder funciona com os termos de subjetividade e conhecimento, e isso é o mais importante para mim, é o que escrevi sobre os transgênicos, que um sujeito produz informação e produz conhecimento e o colonial funciona com essa produção. Historicamente, um cristão, seja português, francês ou espanhol, produzia conhecimento, mas nos séculos XV, XVI e XVII, os indígenas produziam menos conhecimento. No século XIX, os soberanos eram um conhecimento que podia exercer poder internacional, mas o colonial não, é o histórico, como eu vejo neste momento, se falamos de livre comércio, acesso a mercados, eliminação de tarifas, esses conhecimentos de acordo com os direitos internacionais, a proteção nacional não, é uma coisa que funciona menos.

As medidas sanitárias e fitossanitárias sem avaliação de riscos ou sem se basearem em uma norma internacional, isso não é conhecimento, então o que se vê para o colonial ou o que eu chamo de colonialidade do poder, é que está sendo produzida a informação, que é o que está produzindo o conhecimento, isso é um sujeito, o objeto responde, ele recebe o conhecimento e estamos em um complexo de acordo com o T-MEC, não de acordo com muitas políticas e muitos direitos internacionais; e talvez sobre o meio ambiente, a diversidade genética, o milho crioulo, a produção de milho sem ser uma monocultura, isso é um objeto, isso responde ao livre comércio ou ao T-MEC, então o que vimos no ano passado, basicamente, bem, com

Todo o procedimento em julho e o relatório de dezembro são um debate jurídico sobre o Artigo 9.6 do T-MEC sobre a avaliação de riscos, o nível de proteção, se as medidas são muito restritivas ou se talvez a medida não seja necessária, mas isso é, na minha opinião, em termos coloniais, um debate entre o sujeito, que é o livre comércio, e o objeto, que seria talvez outra forma de cultura, outra forma de produção, outra forma de ver a diversidade genética. Então, como aplicamos essa colonialidade do poder? Estamos em uma transmissão não apenas por Trump, mas isso é o mais óbvio, é o mais fácil de entender, então podemos dizer que desde 1988, talvez com De la Madrid e com o fim do presidente Biden, a era neoliberal, lá se olha para o direito comercial, se algo os preocupa, há uma doutrina específica, medidas sanitárias, fitossanitárias. A suposição é que o acesso ao mercado mexicano é o que se protege, não se protege os mexicanos ou o que eles consomem ou seu meio ambiente, protege-se o acesso.

O modelo neoliberal fez isso também com coisas como investimento em propriedade intelectual, os Estados Unidos continuam tentando com doutrinas específicas sobre serviços digitais e também estabelecem direitos específicos para o meio ambiente, mas são direitos com menos poder. Então, essa é a perspectiva neoliberal. A premissa econômica é uma meta de preços baixos e alta produção. Quando você conversa com os lobbies ou com os negociadores dos Estados Unidos, eles sempre enfatizam o milho de Nebraska, que tem preço baixo e alta produção, e por razões científicas e culturais ou de biodiversidade há problemas, mas se o preço é baixo, quem paga pelo consumo de glifosato? quem paga pela perda da diversidade genética? Quem paga pelos fluxos do mercado global, como aconteceu em 2008 e 2009? Então, o modelo neoliberal do sujeito como acesso ao mercado mexicano, mas o objeto é o que eu falo, o glifosato, seus perigos, a diversidade genética, também a suposição é o dono, a ideia de que a propriedade intelectual dá propriedade a alguém ou quase sempre é uma corporação, do conteúdo da semente, isso é o que vejo no modelo neoliberal. Em outras palavras, para que isso possa ter direito comercial, há um proprietário de algo natural, que é a propriedade intelectual. E, por último, em termos do Estado no modelo neoliberal, com as suposições, o Estado protege o acesso ao mercado para os estrangeiros e esse acesso é protegido em vez de proteger a diversidade genética ou o compartilhamento de sementes, ou que o ser humano é parte da natureza em vez de o ser humano ser proprietário ou comerciante do mercado. E, por último, o que posso dizer e falar mais sobre isso, porque isso é literalmente a maior mudança, é que, com Trump, não estamos mais em um modelo neoliberal, estamos mudando para um modelo mercantil, que é a palavra do século XVII, do século XVII, onde se protege o equilíbrio das compras, protege-se a indústria e não estamos em um modelo neoliberal universal em que todo mundo faz parte da OMC, ou todo mundo cuida do TLCAN, é que há esferas de influência; e se você vê as tarifas como os Estados Unidos tratam o México com Trump e como os Estados Unidos tratam o Canadá, eu não gosto, mas eles têm menos tarifas do que a China ou a União Europeia estão colocando. Então, o que vai acontecer com o T-MEC, é uma grande questão, uma questão muito grande.

Se o governo dos Estados Unidos estiver interessado no T-MEC, eles vão revisá-lo e renegociá-lo no próximo ano. Se os três países não decidirem renovar o T-MEC, ele expirará em 2036. Isso significa que temos onze anos em que o T-MEC será o tema de discussão ou o problema de que

é o que pode ser negociado, então sugiro que a população mexicana ou as pessoas interessadas pressionem o governo mexicano nas negociações do T-MEC. Se os Estados Unidos continuarem com problemas na fronteira, no investimento em energia ou no tratamento dado às pessoas que buscam asilo, o governo mexicano dirá “OK, mas deixem-nos escolher o milho”, deixe que essas reformas constitucionais sobre o milho transgênico sejam respeitadas. Claro, há muito que pode ser feito no próximo T-MEC, eles vão fazer, mas podem eliminar a UPOV de 91, podem definir os riscos do consumo humano, podem ser coisas muito específicas, como um anexo sobre o milho. Não acredito que os Estados Unidos e o Canadá concordarão com isso, mas, em conclusão, estamos mudando de 1988 para 2024, era um mundo neoliberal, agora é um mundo mercantil sem coisas definidas e o T-MEC será negociado no próximo ano. E se não, se não, se não chegar a um acordo em 2036, ele expira. Então, o que isso significa é que temos que entrar nessa conversa de negociação, porque quando o T-MEC foi negociado, o governo de Peña Nieto fez todas as negociações e depois AMLO entrou e disse que não tinha nenhum problema, e eles não estavam prestando atenção ou não estavam interessados em procurar problemas com os Estados Unidos, mas é preciso estar mais atento, porque o T-MEC é renegociado a cada 6 anos e não é por acaso que o presidente do México ou a presidência do México dura 6 anos, os negociadores sabiam que seria assim, então é preciso pressionar os negociadores do livre comércio no México. Obrigado pela atenção e pela paciência com o meu espanhol, que não é tão perfeito.

Gabriela Martínez

Obrigada, professor. Sim, sim, entendemos muito bem. Não se preocupe, bem, vamos passar para a sexta pergunta. Como comentei no início, esta é uma pergunta coletiva para os cinco palestrantes. Temos 10 minutos entre os cinco para respondê-la. Então, vou ler a pergunta primeiro e depois vocês me indicam ou levantam a mão quem? Quem gostaria de respondê-la e fazemos uma ordem de participação, o que acham? Bem, então a pergunta é a seguinte:

- Além da disputa sobre o T-MEC, na sua opinião, a proibição do milho geneticamente modificado é suficiente para a defesa legal do milho nativo? Ou há outros aspectos legais, normativos ou sociopolíticos que deveriam ser incluídos?

Sim, vocês me ouviram, aqueles que levantam o dedinho, se concordam e se ouviram, para que possamos vê-los daqui.

Bem, agora eu gostaria que levantassem a mão aqueles que gostariam de responder a esta pergunta, para que eu possa organizar a ordem das participações. Ana levantou a mão aqui. Ela seria a primeira. Depois seria Alma. Alguém mais gostaria de responder a esta pergunta depois? Bem, com essas três, sim, então temos 10 minutos. Aldo também levantou a mão. Ah, tudo bem, então temos quatro pessoas: primeiro a doutora Ana, depois a professora Polette, depois a doutora Alma e, por último, o engenheiro Alma. Então, para calcularmos nosso tempo, aproximadamente 2 minutos para cada um, por favor, para que possamos cumprir o tempo, então sim.

Ana Wegier

Ok, doutora, primeiro gostaria de esclarecer uma informação que talvez não tenha ficado suficientemente clara, e é que a parte do T-MEC, de tudo o que incluíam os decretos que existiam, apenas contestava o consumo humano do país na indústria da massa e da tortilha, que tinha sido proibido e, como bem disse Ernesto, a substituição gradual do milho para uso industrial e alimentação animal no futuro. Nunca se abordou o tema dentro do T-MEC do cultivo de milho geneticamente modificado no México, nem do glifosato e outras coisas que incluíam nesse aspecto. O que quero dizer, em relação à pergunta, é que, para saber se é suficiente ou não, primeiro temos que dizer milho geneticamente modificado, não estamos falando apenas de edição genética, nem apenas de transgênese, nem apenas de biologia sintética, é o milho geneticamente modificado que inclui tudo isso. E então, se a proibição é suficiente, a proibição que existe é do cultivo, o que não é proibido, ou seja, todo outro uso que seja dado deve ser avaliado individualmente para garantir que não afete a saúde, o meio ambiente e o patrimônio biocultural. Como fazer isso? É nisso que temos que trabalhar agora.

Não é suficiente, sim ou não, tem a ver com os métodos que agora utilizamos para que essa avaliação seja realmente bem feita. Se essa avaliação não for feita suficientemente bem, então continuarão a existir outros usos que acabarão por prejudicar a saúde. Estamos, portanto, num momento muito importante em que temos de contribuir para isso em particular, porque é apostar na prevenção.

O que estamos fazendo agora é tentar evitar que os mecanismos nos ultrapassem novamente e deixar claro quais queremos que sejam. E concordo plenamente com tudo o que Alma disse, que se mesmo dentro da SADER não há uma postura clara, por exemplo, Aldo disse que o PROSEBIEN está se recuperando, a produtora de sementes para o bem-estar, que é como vai se chamar agora, tem um decreto muito recente. No entanto, se lermos o que pretendem fazer, trata-se de uma gestão totalmente neoliberal das sementes, em que assumem que as sementes certificadas são as que devem ser entregues aos pequenos e médios produtores e que certificado é sinónimo de super qualidade, super bom, super o que quiserem. Mais uma vez substituindo os conhecimentos camponeses e os conhecimentos associados às sementes. Portanto, temos que ter muito cuidado para que não usem os mesmos nomes para voltar ao que já não gostávamos, é tudo.

Obrigado, Dra. Ana. Bem, continuamos com a professora Polette, dois minutos, por favor.

Polette Rivero

Sim, muito obrigado. Na verdade, concordo com o que a Dra. Ana acabou de dizer e acredito que, para continuar defendendo verdadeiramente o milho, é fundamental devolver aos agricultores sua capacidade produtiva, deixar de vê-los apenas como um setor de subsistência e com programas assistencialistas, porque, caso contrário, então não, não se combate, digamos também na raiz, uma realidade inegável que é a de que um pequeno grupo de corporações dedicadas tanto ao plantio, à distribuição de sementes de grãos básicos, às produtoras também de agrotóxicos, máquinas e agora outros setores, como por exemplo as que compram dados, ou os capitais e os investidores financeiros que estão

apostando nas crises para que possam obter grandes lucros em termos alimentares, pois não se consegue dismantelar um sistema que foi criado precisamente para gerar uma concentração dos lucros do setor agroalimentar e a perda de todos, mas em particular dos camponeses. Eu colocaria no centro, para resumir, que precisamos realmente exigir uma política que devolva à agricultura camponesa sua capacidade produtiva e parar de pensar que essa economia está atrasada, pois, na verdade, é a economia que tem demonstrado sustentar toda a população em termos alimentares. Portanto, parece-me fundamental, juntamente com o que disse Aldo, falar também sobre a autodeterminação dos povos, a soberania alimentar e muitos outros direitos que, na minha opinião, devem ser colocados no centro e continuar a ser defendidos.

Gabriela Martínez

Obrigado, professora. Sim, vamos lá. Ainda temos mais 15 minutos extras. Então, vamos nos preparar para este outro espaço. Bem, continuamos com a doutora Alma Piñero, por favor, 2 minutos.

Alma Piñeyro

Sim, obrigado por não repetir o que já disse aos meus colegas. Não acrescentaria nada além de que, efetivamente, temos que renegociar e ter uma postura menos obsequiosa nos tratados de livre comércio e ter uma postura de precaução ou prevenção e efetivamente colocar a agricultura camponesa no centro de um dos sistemas de produção fundamentais em nosso país e não apenas como um relíquia do passado, que muitas vezes ainda é vista a partir de todos os mecanismos assistencialistas que existem e que, de fato, se exacerbaram no último sexênio. Acredito que, se quisermos evitar continuar encontrando transgênicos em milhos nativos, transgênicos e outras modificações genéticas que vêm em milhos nativos, temos que fechar a porta de alguma forma às importações, e embora isso seja pouco realista, dado o esquema comercial ao qual nosso país está vinculado, em particular porque nos tornamos um importante produtor de carne para exportação, e isso só se sustenta com o milho barato que podemos importar dos Estados Unidos, em um esquema de dependência que foi projetado nos últimos 50 anos, como mencionou Ernesto, me parece que, se não conseguirmos fechar essa torneira completamente, porque não temos condições nem para produzir esse milho, que é necessário para a indústria de carne em nosso país, pelo menos no curto e médio prazo, e também temos uma situação de subordinação, que é a situação real em que nos encontramos, acho que pelo menos teríamos que ter eventos de rastreabilidade e monitoramento, porque o que temos é uma omissão ativa de diferentes Secretarias em particular, além disso, com este dilema, que é o último ponto com o qual encerro isto, deixar de ter esta edição esquizofrênica, em que, por um lado, se estamos falando de milho como sementes, seguem-se uma série de diretrizes, uma série de leis, uma série de tratados nacionais e internacionais, mas quando o colocamos como grão, ele perde magicamente sua capacidade reprodutiva e vital e é tratado como se fosse uma substância inerte. Então, acredito que isso também está no centro do que precisamos mudar. Obrigado.

Obrigado, doutora. E a última participação seria sobre o engenheiro Álvaro González, por favor, engenheiro, também 2 minutos. Obrigado.

Aldo González

Em primeiro lugar, gostaria de comentar que os camponeses mexicanos são diferentes dos produtores de milho, dos grandes produtores de milho do nosso país. As leis e as políticas são iguais para todos, mas não deveria ser assim, deveria haver políticas diferenciadas. Por que digo isso? Porque a maioria dos milhos nativos mexicanos está nas mãos dos camponeses, os produtores de milho estão usando sementes híbridas ou poderiam usar outro tipo de sementes.

Quem está interessado hoje nas sementes nativas mexicanas? São as grandes empresas transnacionais, porque também através de tratados comerciais ou outras disposições legais lhes foi dado acesso. Nós mesmos achamos que a Lei de Fomento e Proteção do Milho está abrindo a possibilidade de que as empresas transnacionais possam acessar as variedades nativas por meio dos bancos de germoplasma que estão sendo propostos. Por quê? Porque há uma concentração do milho dos agricultores em bancos de germoplasma que posteriormente podem ser disponibilizados às empresas, e isso, em certa medida, é reforçado no Tratado de Livre Comércio, quando se obriga os países signatários a aceitar as disposições da UPOV 91, que é o pior que poderia nos acontecer, porque eles teriam então toda a possibilidade de proibir o acesso a qualquer tipo de semente produzida pelas empresas aos agricultores mexicanos. No entanto, esta disposição da UPOV 91 não impõe qualquer barreira às empresas transnacionais para acederem às sementes dos camponeses, mesmo que estas não provenham diretamente dos camponeses. Em Oaxaca, temos hoje um caso que está a ser discutido a nível internacional, que é o caso do milho “olotón”, em que chegam a uma comunidade e oferecem certas royalties em troca de a empresa MARS, INC. possa dispor desse milho, que está tentando patentear, embora já tenha alguns problemas para isso, mas há iniciativas como essa ou pode haver iniciativas até mesmo mexicanas para patentear esse tipo de espécime camponês com a intenção de realizar algum tipo de negócio. Então, isso também está distorcendo a idiosincrasia, a cosmogonia dos camponeses e dos indígenas mexicanos, porque seus milhos não precisam necessariamente ser comercializados como estabelece o livre comércio ou o capital em geral.

Gabriela Martínez

Obrigado, engenheiro, muito bem. Ainda temos várias perguntas em aberto e, acima de tudo, acredito que também por parte do público. Então, a parte que vem agora é continuar com os palestrantes e é aqui que convidamos vocês a complementar as ideias que precisariam ser complementadas, acrescentadas ou, se for o caso, contribuir com alguma participação dos outros colegas que estiveram intervindo agora há pouco. E o público? Bem, daqui a alguns minutos, se quiserem, podem começar a enviar suas perguntas ou formulá-las, pois também as atenderemos em 15 minutos. O público que está assistindo no YouTube também pode formulá-las, pois também as apresentaremos aqui. Então, volto a fazer a pergunta para ter uma ordem de participação. Quem também está convidado é o professor Ernesto. Gostariam de fazer algum acréscimo ou comentário sobre algum dos colegas que

Já participaram ou gostariam de acrescentar alguma pergunta que acham que falta? Temos 15 minutos para esta reflexão coletiva.

Intervenção do público

Bem, tenho uma pergunta para a Dra. Ana. Com o que mencionou sobre a avaliação de risco, não me ficou claro se foi um erro, ou seja, um erro inocente, ou se foi mais parte de um desinteresse genuíno e a nível político, ou seja, que não se fez o esforço, porque o país dependia desses dois decretos. e também gostaria de perguntar se os estudos apresentados pela academia são públicos, pois eu baixei e o Painel em si é um relatório único, mas para entender a ciência por trás disso, talvez ainda nos falte, como país, argumentar bem com bases científicas. Isso pode ser feito assim?

Ana Wegier

Acho que ainda não sei, parece-me que ao longo de todo o processo houve muitas pessoas e não ficou claro quem tinha a informação correta, havia muitas pessoas que pareciam estar participando e, na hora H, não estavam. Então, quem centralizou a informação e a comunicação foi a Secretaria da Economia através de um escritório de advocacia que, pelo que entendi, é como uma consultoria externa, alguns internos, outros externos, mas é o mesmo escritório que leva, não me lembro quantos anos, ou seja, toda a época do neoliberalismo e a atual são os mesmos advogados ou a mesma escola ou os mesmos filhos da mesma escola da Secretaria da Economia que centralizam as informações e se comunicam em termos comerciais entre o México e os Estados Unidos; e eram eles que diziam: não, não, não se pode contra-processar e, na verdade, é todo um litígio neste momento, eles disseram não, não se pode contra-processar, embora tenha sido solicitado, foram emitidas cartas com tudo e até mesmo o tratamento foi do tipo “você não sabem nada do que estão falando, nós sabemos porque estamos aqui há muito tempo e temos esse monopólio da comunicação”, e agora há uma resolução que diz: se eles têm que responder, por que não contra-processaram? Essas são as coisas que surgiram. Agora, voltando ao tema da análise de risco, parecia que eles entendiam e, na hora H, não entregaram um dossiê cheio de informações. Tudo isso pode ser muito relevante, mas não é uma análise de risco e, em termos de biossegurança, é toda uma disciplina que vem sendo praticada no mundo há muitos anos, desde o Protocolo do Rio. A análise de risco existe em tudo, na medicina, para atravessar uma rua, ou seja, você pode usá-la para qualquer coisa. Então, acredito que a inexperiência das pessoas que promoveram o decreto, juntamente com o fato de não conhecerem bem quais eram os processos do T-MEC, causou o curto-circuito. Depois, porque se teimosaram em alguns aspectos, como não contra-argumentar ou apresentar um estudo que não era uma análise de risco, ou seja, isso não é uma análise de risco. Isso já nos deixou em uma situação muito ruim. Independentemente de tudo, houve discussões profundas sobre se era ou não uma medida fitossanitária. Então, se não era, então poderia não ter, então há uma complicação por trás, mas finalmente, em termos desses advogados comerciais, era: - você cumpriu com o parágrafo 123, entregou esses documentos - ,
-Não, não os entreguei-, -Você perdeu-. Ou seja, não havia tanta profundidade e é por isso que, se o México já tem claro o que era necessário, poderia apresentar uma contra-ação judicial.

Agora, a presidente disse que isso não vai acontecer, que não, não vamos mais entrar nessas discussões. Também é preciso ver o que ganharíamos, mas naquele momento, no momento crucial em que poderíamos ter equilibrado toda a discussão, ter colocado, ou seja, o México entregou a informação, mas não a entregou no lugar adequado novamente. Ou seja, não só não fizemos a análise de riscos, como colocamos os argumentos que eram para uma contração dentro dos deles e lá não era, então o que aconteceu, aconteceu, eu acho.

Ernesto Hernández

Sim, a avaliação de risco é complicada porque o T-MEC não tinha uma definição de avaliação de risco, tinha definições no texto sobre outras coisas. A definição de risco vem da OMC, que é algo muito básico, e essa é a intenção. É isso que os negociadores fazem. Eles sabem que a avaliação de risco será complicada, então não a definem e, quando há uma decisão ou um processo judicial, fazem o que lhes convém. Por isso, acredito que seria difícil para o México oferecer uma avaliação de risco que agradasse a esses três membros do painel. E ainda mais pessimista, a avaliação de risco é o artigo 9.67, não 9.68, o 9.67 era uma coisa nova do T-MEC, no capítulo 9, que obrigava o México a dar sua avaliação de risco antes desse decreto e aí o painel, na minha perspectiva, fez a coisa mais radical que ninguém fala. O Painel diz que há um direito do Canadá, há um direito do México e, para os Estados Unidos, há um direito, que eles tinham permissão para vender sementes no México para estudar e refutar o que era a avaliação. Então, uma coisa é a avaliação que não está clara, como já dissemos, outra coisa que o T-MEC fez foi a oportunidade de negar ou contradizer o que dizia a avaliação e aí o Painel foi mais longe e disse que basicamente cabia ao México fazer a diferença para todas as licenças que foram concedidas para refutá-las. Então, essa é a perspectiva negativa. A perspectiva otimista também é por uma perspectiva comercial. Os Estados Unidos buscam essas disputas continuamente, desde 1980 estão brigando com a União Europeia e com o Reino Unido sobre hormônios na carne, no gado, e continuam brigando sobre o que é a avaliação, o que não é avaliação, qual é uma resposta, qual é a resposta suficiente, a que acordo chegaram. O México está mais ou menos em um processo semelhante com os Estados Unidos, com os tomates que serão renegociados no final deste mês.

Voltando novamente aos Estados Unidos, os Estados Unidos com Trump estão desesperados em relação ao comércio, chegaram a um acordo, a um entendimento com o Reino Unido, e aí o Reino Unido lutava contra as “aves com cloro”, que é o *frango clorado* e a carne com hormônios. O Reino Unido decidiu que não iria lutar, basicamente ganhamos. Os Estados Unidos decidiram que não vão lutar sobre hormônios, carne e agricultura com cloro porque têm problemas maiores. Eu vejo isso de uma perspectiva em que a União Europeia, o Reino Unido, lutou tanto sobre o cloro no frango e os hormônios na carne que, quando chegar a hora de negociar, talvez possam deixar os Estados Unidos pararem de lutar por essa questão, é o que talvez possa acontecer com o México. Quero dizer, há uma perspectiva constitucional, há um movimento social, há uma coisa que se faz nos ministérios, mas no dia em que renegociarem o T-MEC ou no dia em que renegociarem as tarifas sobre o fentanil, aí o presidente ou a presidente pode decidir. Vamos pressionar para que os Estados Unidos deixem de lutar pelo milho. Mas isso é difícil, sei que não é nada claro, mas a experiência do Reino Unido e da União Europeia com frango e carne nos dá uma

ideia de quão complexa é não só a avaliação de risco pela política de negociação. Obrigada.

Gabriela Martínez

Muito obrigado por todos esses esclarecimentos. Temos uma pergunta e, em seguida, uma intervenção, e acho que temos 10 minutos para encerrar, no YouTube.

Intervenção do público

Bem, em relação à controvérsia e ao último comentário que fizeram, realmente foi uma má prática deste escritório que contrataram, então o dano causado pela má prática de um advogado, quando isso acontece, é o direito exigível, que não cumpriu com o que foi contratado. Isso é o que, como algo mais parecido com a prática jurídica, é o que se pode concluir, mas minha pergunta é mais voltada para o futuro, ou seja, sobre a nova lei proposta pela presidente em relação à proibição do plantio de transgênicos para consumo humano. Pergunto a vocês como vocês veem se há, em termos concretos, ou se há capacidade ou disposição política, se há projetos que estão sendo feitos em relação a como vão cumprir ou como vão realizar, ou se limitam apenas ao que já haviam dito sobre pacotes e os mesmos híbridos que vão promover, e então a proposta da lei é apenas verbal, porque é como recuperar a agricultura camponesa, mas não se vê que haja uma proposta por parte das Secretarias que lidam com isso, então é mais como dizia a Dra. Alma, é uma omissão e algo que realmente é apenas da boca para fora ou para cumprir, para dizer - ok, ganhamos a controvérsia, mas temos isso -, mas onde está a vontade política? Como vocês acham que vai ser? Quer dizer, agora é como o futuro vai ser, ou apenas os camponeses vão cuidar de alguma forma, é como as sementes, eles vão atrás das sementes, quer dizer, tudo o que foi pensado para o futuro, mesmo quando o pesquisador diz que está mudando. Mas agora já vimos que as próprias leis dos Estados Unidos disseram que as tarifas que Trump diz são ilegais, não procedem porque não estão dentro de suas atribuições, então eles têm tudo bem amarrado pelos mecanismos. Então, o que vem a seguir? ou seja, como vocês veem o futuro em relação a essa nova lei? E se vocês, que sabem que estão mais envolvidos em todos esses processos, há programas ou como eles serão implementados? O que o governo está propondo hoje, há algo ou é apenas da boca para fora?

Gabriela Martínez

Obrigada, pergunte, alguém quer responder? Alguém mais quer acrescentar algo?

Intervenção do público

Estou vivendo um momento, há mais de 40 anos realizando atividades escolhidas como caminho para este momento em todo o país. O tema é mais social e eu tenho vivido nas comunidades durante muitos anos, tenho convivido com eles... e tenho promovido isso, não me aproveitei das leis e temos observado as preocupações que eles têm. Em um vilarejo, entre segunda e segunda, porque querem cobrir o campo, porque procuram uma antena para celulares por perto, mas nunca ouvi que eles tenham como problema no dia a dia o problema dos transgênicos, nunca ouvi em uma assembleia, em uma bebedeira...

Nunca. *Inaudível...* nos meios acadêmicos, mas não no cotidiano das pessoas, e não porque não lhes interesse, simplesmente porque não sabem, porque estou aprendendo isso com vocês.

Vocês fazem isso porque se conhecem, é uma troca, mas por que não levam essa informação que nós, que não somos especialistas, desconhecemos? Por que não levam isso para o cotidiano das pessoas, para que elas entendam a importância desse tema? Não para nós, vocês sabem da importância, do que pode afetar nosso sistema. Agora estou conhecendo vocês porque estou ouvindo, mas se eu for amanhã para uma comunidade novamente, nunca vou ouvir isso no cotidiano deles, por isso eu dizia, mais do que uma pergunta, é como um convite para que vocês, essa informação que vocês manejam muito bem e que é bem fundamentada, a transmitam para os camponeses que estão tão ocupados em viver, eles não estão pesquisando, eles não estão documentados, estão ocupados com o seu cotidiano. Um espaço, uma assembleia, uma festa para estar com eles, para que, com a tradição oral, essa informação sobre os transgênicos seja transmitida, para que não se torne elitista, inaudível... Agora me deu muita vontade de pedir a palavra porque estava tentando entender e estava ouvindo vocês, de repente me alertei: “Ei, estão acabando com a nossa história, com o que somos”, mas como evitamos isso, como nos opomos aos interesses do capital predatório que está por trás dos transgênicos. Vamos nos apoiar em nosso povo, mas vamos levar essa informação, eles não têm essa informação, e eu sugiro que essas conversas como a que vocês têm, a gente ouça em um ejido, em uma assembleia, em uma comunidade e que a gente faça disso um tema do cotidiano, da bebedeira, da festa, então isso é mais uma sugestão do que uma pergunta, obrigada.

Gabriela Martínez

Muito obrigado, mais alguém ou podemos encerrar, vamos lá.

Ana Wegier

Gostaria de responder que há várias coisas e a primeira é que há 180 dias para fazer as reformas secundárias da reforma constitucional, ou seja, como o que foi reformado foi a Constituição, agora há muitas leis em nível local, em nível regional, que já não estão de acordo com o que deve ser. Então, a primeira coisa a fazer é homogeneizar isso. A partir daí, podem-se derivar outros programas ou fazer outras modificações. É como jogar um copo d'água sobre muitas coisas, até onde ele chegar. Isso é como o primeiro passo. Depois, é muito importante que, ou seja, a reforma constitucional significa que já está na Constituição, ou seja, que já pode ser usada por qualquer pessoa que tenha ouvido agora que diz que todo outro uso deve ser avaliado, pode exigir isso, foi avaliado ou não foi avaliado, faz mal ou não faz mal. Eu sei que é complicado, mas a primeira coisa a se pensar é essa inocuidade de que eu estava falando, não percebemos o quanto estamos falando sobre o que afeta o milho todos os dias, sim, temos milho toda a nossa vida e o temos há gerações. Quando nos dizem “sem milho não há país”, imaginem o que faríamos sem o milho, o que faríamos sem o autoconsumo, o que faríamos sem a nossa capacidade. Talvez hoje eu decida se quero plantar ou se não vou me dedicar ao plantio porque me dedico a outra coisa, mas sou eu quem está decidindo. E se eu realmente não puder plantar nem mesmo para o meu autoconsumo? Então, talvez haja muitas coisas sendo ditas sobre o milho, sobre o que acontece...



da nossa segurança, que não são apenas os transgênicos ou o milho geneticamente modificado, mas que são importantes e estão aí. Eu adoraria chegar a todos os lugares, e foi exatamente por isso que vim pessoalmente, para que nos conheçamos, para que possamos mostrar isso, para que possamos dialogar. eu coloquei as redes do meu laboratório lá, chamadas Conserva Mais, essas redes, mas a Campanha Sem Milho Não Há País está tentando fazer pequenos vídeos de dois minutos para serem vistos nos celulares, com mensagens, então é preciso entrar nessa, é preciso dizer quais são as mensagens mais apropriadas, quais são as que vocês acham que faltam mais e escrever para eles, porque eles vão fazer isso e, além disso, é preciso fazê-los em todos os idiomas. Então, acho isso muito, muito importante. Qual é o problema? Esse problema é invisível, está sempre em uma linguagem que é incompreensível, que além disso se intromete, ou seja, o que me irrita é que não deveria ser responsabilidade deles se informar em uma Assembleia, porque não deveria existir algo que pudesse prejudicar o milho, ou ter esses problemas, não deveria ser, não é responsabilidade deles e, no entanto, acaba sendo, é isso que quero dizer, ou seja, parece que é sua responsabilidade defender o milho e, na verdade, deveria estar muito mais fora disso, mas como isso não aconteceu durante anos, é graças ao fato de ser plantado todos os anos, é graças ao fato de ser consumido o tempo todo, é graças às comunidades que não tiveram que pedir nenhuma permissão, sempre fizeram isso, é graças a isso, porque se tivessem pedido permissões, teriam sido negadas e teriam acabado.

Então, sim, os problemas são muito profundos e, como começamos aqui pela epistemologia e pelos sistemas agroalimentares, há muito sobre o que refletir. E é por isso que tem que ser transdisciplinar, porque não é só a academia, como disse Alma, muitas vezes a academia não chega a todos os lugares, nem sabemos como, essa é a verdade, então tem que ser um trabalho em que todas as pessoas contribuam a partir de seus próprios interesses e que esses interesses sejam sempre satisfeitos para que a rede de colaboração realmente funcione.

Gabriela Martínez

Obrigado, doutora. Vou apenas ler um comentário que nos foi enviado pelo YouTube. Valeria Ríos nos diz: independentemente da análise de risco, se era ou não era, é indignante que a soberania alimentar do nosso povo seja reduzida à omissão por desconhecimento e que seja vista como algo que já passou. Obrigado, Valeria. Laura, você também queria fazer uma pergunta?

Temos outro comentário, vamos ler, é de Fernando David Bautista Ruiz, que diz: acreditem que em Sierra Azul de Santa Catarina Coatlán e San Pedro Coatlán já decidiram em plenária que não plantarão nem mesmo híbridos, apenas seu milho nativo.

O sistema assemblear dos povos sempre será muito, muito, muito ativo e dinâmico, então eles certamente estão sempre atentos ao que acontece e, acima de tudo, à relação entre o ser humano e a terra, que é algo cotidiano, como nos disseram aqui.

Temos outra pergunta. Por favor, aproxime-se para uma última intervenção de uma pessoa que temos aqui na plateia. Recebemos aqui um pedido, ou melhor, uma pergunta

sobre se há alguma forma de acessar os artigos, os documentos que os palestrantes mencionaram. Vamos passar a palavra ao engenheiro Aldo:

Aldo González

Gostaria apenas de comentar que há uma preocupação que várias organizações têm manifestado publicamente, que é o fato de que, até agora, não houve nenhum programa governamental, nenhuma política pública para descontaminar o milho transgênico que foi contaminado a partir de 2001, pelo menos que é quando se sabe que há um processo de contaminação. Embora tenham sido realizados estudos para localizar algumas das áreas e nos tenham mostrado no mapa inicial onde foi detectada a presença de transgênicos, não há programas ou projetos voltados para a descontaminação, talvez porque, do ponto de vista científico, não exista uma metodologia que permita isso. Quando se faz a análise de um milho para saber se é transgênico ou se tem características transgênicas ou não, esse milho é destruído e a semente não será mais viável para reprodução, a menos que sejam utilizadas outras tecnologias para fazê-la germinar, mas isso não está nas mãos dos agricultores, seria muito difícil. Então, acredito que é importante que políticas dessa natureza possam ser estabelecidas, mesmo que não sejam científicas. Digo isso porque temos realizado algumas ações que não são validadas pelo conhecimento científico e que nos permitiram detectar e tomar medidas para iniciar processos de descontaminação em algumas comunidades, especialmente comunidades indígenas de diferentes partes do país.

Por outro lado, gostaria também de comentar que é necessário estabelecer políticas públicas para incentivar o uso de técnicas tradicionais de cultivo, para que as pessoas possam continuar plantando milho. O campo está muito prejudicado. A maioria dos agricultores que hoje vivem em comunidades rurais e plantam milho têm mais de 60 anos. Há muito poucos jovens, os jovens estão nos Estados Unidos ou migraram para o norte do país ou estão em outros lugares, então estamos em um momento crítico a nível nacional para a defesa do milho, no entanto; são os avós que estão plantando as sementes de milho e muitos deles estão dispostos a defendê-lo, mas os programas governamentais lhes dizem o que podem ou não fazer e, ao fazer esse tipo de intervenção, inibem a capacidade que os próprios camponeses têm de continuar defendendo seu milho. Portanto, essas políticas públicas precisam mudar, porque se continuarem sendo impostas aos camponeses, o que eles têm que fazer de cima para baixo, como o Programa Sembrando Vida, que define como as coisas devem ser feitas por todos os camponeses do país, sem levar em conta que há diferenças em cada uma das regiões. Então, essas coisas não podem continuar acontecendo. E seria importante que as instituições públicas observassem que nosso país não é um só, mas que há muitas diferenças e isso é o que faz a riqueza do nosso país, isso é o que faz a riqueza biocultural da qual nos orgulhamos nas comunidades indígenas. Muito obrigado.

Polette Rivero

Sim, muito obrigada, pois levantar um debate que seria muito interessante abordar em outras conversas, mas que é fundamental, e digo isso mais pelo meu interesse pelos estudos latino-americanos, é nos perguntarmos o que representam esses governos progressistas.

E uma coisa importante é que não podemos pensar que tudo está errado, nem podemos nos apaixonar por eles, porque, digamos, esses governos são contraditórios em muitos sentidos, e retomo um pouco o que a doutora Alma disse e também o que foi dito agora, por exemplo, em uma das participações que tiveram lá, e também direi algo que é de domínio público. Eu trabalhei no CIBIOGEM, mas já é de conhecimento público que entre as próprias secretarias do CIBIOGEM existem posições muito diferentes, muito, muito diferentes. Então, é preciso reconhecer que dentro do governo também existem essas disputas que são resultado de sistemas, no final das contas, de acordos e alianças dos quais são feitos esses tipos de governos e, nesse sentido, é tão difícil tomar decisões, governar. Agora que revisamos os decretos, vemos como se diz uma coisa e depois se volta atrás, se consegue algo mais, mas de qualquer forma estamos sempre à mercê de muitas coisas, de muitos fatores, tanto dentro do governo quanto fora, e nesse sentido, uma pergunta que uma das colegas fez e que me pareceu muito valiosa é: qual é a vontade política? e eu acho que temos que levar a sério a palavra do governo quando diz: “com o povo tudo, sem o povo nada”, e então todas as determinações teríamos que estar impulsionando a partir da sociedade civil, como já foi dito, os coletivos camponeses, mas também os cientistas, os cientistas críticos, para participar da tomada de decisões.

Agora acredito que o que aconteceu com essa discussão que você fez, principalmente Sin Maíz, No Hay País, sobre se eram transgênicos ou organismos geneticamente modificados foi muito importante. Acredito que é urgente, urgente que possamos participar de forma muito mais ativa em todas as discussões e encerro apenas com o que Aldo e um dos colegas também disseram. Justamente aí, às vezes, quando falamos de soberania alimentar, é pensar que não é uma, mas muitas soberanias alimentares e, para o Estado, é muito complexo governar para a diversidade, mas essa é a realidade concreta que temos que defender, muitas terras, muitas formas de vida, muitas concepções, a natureza colocada, digamos, de forma tão plural e diversa, e acredito que temos que defendê-la porque nossos dilemas atuais como sujeitos históricos são civilizacionais, e, nesse sentido, é muito bom vir fazer perguntas tão importantes. Agradeço a vocês. Aproveito para agradecer e expressar o prazer de estar com colegas que sempre nos fazem pensar e aprofundar. Muito obrigada.

Laura Montesi

Encerramos aqui, agradecemos muito a participação de todos, já estamos ficando sem tempo e, na verdade, creio que a Biblioteca tem outras atividades. Este foi muito interessante, só mais uma coisa: na próxima semana continuaremos a conversa com outros palestrantes.

Acho que foram abordados vários temas. Para começar, agradeço a pedagogia que nos proporcionaram, pois falamos efetivamente sobre transgênicos, edição genética, e nos esclareceram que...

Talvez o termo guarda-chuva seja milho geneticamente modificado, ou seja, em geral, a sensação é que se trata de um tema muito, muito complexo, mesmo para aqueles que se dedicam à área científica, mas que não estão necessariamente envolvidos nessas questões, pois nos sentimos perdidos. Portanto, este é um esforço justamente para fornecer informações, socializar o conhecimento e faz parte desse direito à informação que mencionei no início. Polette, Aldo e também está surgindo aqui com a reprimenda muito saudável que nos fizeram de ir falar sobre esses temas também nas comunidades e é bom saber que, na verdade, todo o mundo camponês é muito diverso internamente, ou seja, acabaram de nos dizer que há um caso e certamente haverá mais, e que, em nível de assembleia comunitária, decide-se nem mesmo plantar sementes híbridas, até mesmo em casos em que o uso dessas sementes é generalizado junto com o pacote tecnológico. Então, ou seja, não podemos generalizar, mas temos que ficar muito atentos para que esse tipo de conversa possa chegar ao maior número possível de lugares.

Acho que também há toda a questão que Aldo colocou sobre a mesa das dificuldades que os camponeses, as famílias camponesas e as mulheres camponesas enfrentam, a ausência de jovens que queiram assumir esse trabalho, e isso tem a ver com problemas de natureza estrutural. Então, acho que várias pessoas também colocaram em destaque a importância de trazer o modo de vida camponês de volta à política. Na discussão, alguém falou em não ensiná-lo mais, como se fosse um resquício do passado, mas estamos realmente falando do futuro, porque estamos vivendo uma crise de saúde, uma crise climática. Portanto, com ainda mais razão, esses temas são de importância primordial e é preciso que, no nível das políticas públicas, haja condições para que esse modo de vida seja viável, seja sustentável e haja uma transmissão intergeracional de conhecimentos que está se perdendo e também está se perdendo pela colonialidade do poder que o professor Ernesto nos mencionou e que podemos estar vendo em todas essas dinâmicas hipercomplexas, mas que, finalmente, tem um impacto e se concretiza em nossas vidas diárias, sem falar das populações urbanas, que estamos ainda mais desconectados da origem de nossa comida, se temos ou não capacidades, tempo para prepará-la, então acho que estamos diante de múltiplas ameaças que, finalmente, repercutem no nosso bem-estar como indivíduos, mas acima de tudo, como coletividades, e esse é um pouco o espírito que trazemos com este projeto mais amplo de poder entender o que também é discutido nas esferas do poder, com todos os tecnicismos e tecnocracias envolvidos. No fim das contas, isso tem um impacto em nossas vidas no dia a dia. Então, espero que esses espaços sejam mais numerosos e que possamos tecer essas alianças entre a academia e a sociedade civil. Coisas muito interessantes também estão sendo feitas no âmbito escolar, por exemplo, toda a campanha Oaxaca sem sucata. Então, vamos tentar nos envolver para formar redes e ecossistemas de resistência e reexistência para o que estamos vivendo e o que está por vir, com a crise em que estamos imersos.

Não sei se mais alguém, Paola ou Gaby, quer acrescentar algo.

Paola Sesia

Eu gostaria apenas de agradecer imensamente aos nossos palestrantes. Acredito que suas participações foram altamente relevantes e, além disso, esclareceram muitas dúvidas que o

público, mesmo informado, realmente não conhece. Acredito que este seja um diálogo que está começando e que vamos continuar. Não me resta nada além de agradecer a vocês, agradecer pelo tempo, pela disponibilidade, pelo conhecimento e, acima de tudo, pela vontade de compartilhá-los. Da minha parte, mesmo não tendo podido estar presente de forma presencial, foi super relevante para mim. Foi interessante ouvi-la. Obrigada.

Gabriela Martínez

Para finalizar, gostaria de agradecer novamente, também quero agradecer muito aos nossos colegas que estiveram online. Estão aqui Paola e Laura, com quem ainda compartilho um pouco de espaço em uma estadia de pesquisa aqui no CIESAS, com quem também pude colaborar e, obviamente, nessa pequena iniciativa que está abrindo este espaço de reflexão e que não se fecha, como comentou Paola, é abrir esta parte e continuá-la, continuá-la na próxima mesa. O que ela comentou, já conversamos, cordialmente, também convidados, será na próxima quinta-feira às 12h para nos encontrarmos novamente aqui e dar continuidade a esta mesa de soberania alimentar, agora com outros colegas que também são especialistas em outras áreas. E continuar porque não é um tema e, como comentou a doutora, temos que gerar também essa multidisciplinaridade entre nós que nos consideramos deste lado, pelo menos um pouco na academia, mas que também podemos, de alguma forma, influenciar aqueles que podemos em algumas comunidades ou na sociedade civil a partir de nós mesmos, mas sim considerar que é um problema estrutural, que não é individual, não, como sempre nos dizem, o problema está no indivíduo e o indivíduo tem que resolver, não. O problema é estrutural e temos que vê-lo também a partir daí, porque estamos nessas condições e sob as condições em que estamos.

Então, encerramos esta mesa, agradecemos muito, vamos anotar o pedido do colega que nos solicitou os documentos e pedir aos palestrantes que nos os forneçam ou nos deem seus contatos. Se quiserem se aproximar e agradecer aqui também ao Cuauhtémoc, que é do CIESAS Pacífico Sur, que sempre nos apoia, agradecer ao espaço, à Biblioteca Andrés Henestrosa, porque desde que propusemos nos apresentar aqui, eles nos abriram as portas deste espaço público, nos deram o sim e nos deram todas as facilidades para que também se realizasse esta segunda mesa. Então, vamos continuar nos encontrando na próxima quinta-feira. Esperamos vocês e muito obrigado.